



RESENHA

LANGFUR, Hal. **Adrift on an Inland Sea: Misinformation and the Limits of Empire in the Brazilian Backlands**. Stanford: Stanford University Press, 2023. 437 p., ISBN 978-1-5036-3396-4.

Mateus Rezende de Andrade*

“NO SERTÃO, TUDO SÃO DÚVIDAS”: IMPÉRIO, INSTITUIÇÕES E TERRITÓRIO NA FORMAÇÃO DO BRASIL

Essa não é uma resenha convencional. Começamos pelo fato de que a frase que dá título à esta resenha não está no livro resenhado, escolha que pode soar muito estranha. Até que se fosse um artigo que analisa uma fonte primária, de onde foi extraída a frase, seria um ato de seguir quase que uma convenção adotada por muitos historiadores. Mas, para se iniciar a descrição e análise da obra *Adrift on an Inland Sea* de Hal Langfur, que por sinal, não foi quem disse ou escreveu a frase que dá título a esta resenha, é uma escolha que foge ao normal. Mas, eu já avisei, essa não é uma resenha convencional.

Você pode estar se perguntando: “O que esta frase está, então, fazendo aqui, dando título a este texto?” Para responder, precisamos olhar para o autor e a origem da expressão “no sertão, tudo são dúvidas.” Essa frase foi escrita por Inácio Corrêa Pamplona, conforme menciona Laura de Mello e Souza em sua obra recente, *O Jardim das Hespérides* (SOUZA, 2023). Pamplona é personagem conhecido da historiografia, que tratou das ocupações dos sertões das minas (tema que atravessa a obra resenhada), o qual há mais de duas décadas vem sendo, paulatinamente, abordado por diversos trabalhos historiográficos. Por fim, Inácio Pamplona aparece diversas vezes no livro de Hal Langfur (2023), cuja trajetória e ações são mencionadas e analisadas ao longo da obra.

Assim, esta resenha não seguirá o formato tradicional de explorar capítulo a capítulo, com considerações gerais sobre a obra. Meu objetivo é, a partir da figura de Inácio Corrêa Pamplona, estabelecer relações entre o livro de Hal Langfur e a historiografia sobre o território, as instituições do Estado e a formação do Brasil. Dessa forma, busco cumprir a dupla função de uma resenha: apresentar a obra ao leitor e, ao mesmo tempo, ensaiar

* Professor do Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8464-6367>; Contato: mateus.andrade@ufff.br



interpretações sobre sua relevância e inserção nos debates historiográficos contemporâneos.

PODER COLONIAL, NORMAS E CONTESTAÇÕES

Francisco Eduardo Andrade, no seu artigo “A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais” (ANDRADE, 2007), discute como as capelas serviam como instrumentos de poder e organização social e, assim, explora como as capelas, além de espaços religiosos, funcionavam como pontos de articulação política e econômica, fundamentais para consolidar o domínio colonial em territórios periféricos e “indisciplinados”. Nesse sentido, Andrade destaca que as capelas desempenhavam um papel crucial na espacialização do poder, demarcando territórios e simbolizando a presença da Coroa Portuguesa nos sertões.

As capelas também serviam como espaços de interação entre Estado, Igreja e sociedade local, articulando alianças com as elites regionais. Por meio de festas religiosas e procissões, essas instituições reforçavam hierarquias sociais, legitimando lideranças locais e contribuindo para a estabilidade da ordem colonial. Além disso, Francisco Eduardo Andrade ressalta a importância econômica das capelas, que operavam como pontos de comércio, arrecadação de dízimos e organização do trabalho.

Por outro lado, o autor examina as resistências e adaptações das populações indígenas e afrodescendentes frente às imposições coloniais, revelando como essas comunidades reinterpretavam práticas religiosas e, em alguns casos, desafiavam o controle territorial. Dessa forma, o autor apresenta as capelas não apenas como instrumentos de dominação, mas também como espaços de negociação e reconfiguração cultural.

O que se depreende desta análise é o sertão emerge como um espaço de conflito permanente entre colonizadores e indígenas, caracterizado pela fluidez das fronteiras e pela presença de povos indígenas que mobilizavam estratégias de resistência e adaptação. Nesse sentido, a tese de Núbia Braga Ribeiro, “Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII” (RIBEIRO, 2008), oferece uma análise profunda sobre as dinâmicas de ocupação dos sertões mineiros no século XVIII, destacando o papel ativo dos povos indígenas na resistência e adaptação às políticas coloniais. Suas análises permitem uma visão crítica do processo de ocupação territorial, que foi marcado por uma interação complexa entre interesses econômicos, religiosos e geopolíticos.

Conforme analisa a autora, investidas dos povos indígenas, como ataques a povoados e a mobilidade constante, frustraram projetos de colonização e minaram o controle territorial desejado pela Coroa Portuguesa. Desse modo, a autora ressalta como a resistência



indígena também configurou a percepção dos sertões como espaços “indomáveis” e perigosos. Primordial à conquista foram os aldeamentos, os quais, não apenas serviram para subjugar os povos indígenas sob a lógica do controle colonial, mas também foram usados como instrumentos para a conversão cultural e econômica dos territórios indígenas em espaços produtivos.

Assim, a tese de Núbia Braga Ribeiro (2008) nos apresenta à ideia dos sertões como um espaço em constante construção identitária, influenciado pelas interações entre indígenas, colonos e agentes coloniais. Essa interação resultou em uma geopolítica fluida, na qual a mobilidade indígena desafiava as tentativas de demarcação rígida das fronteiras pela Coroa Portuguesa. Ao mesmo tempo, os sertões tornaram-se um espaço de experimentação colonial, onde a violência e a negociação coexistiam como práticas de domínio.

Nesse contexto, a autora revela como as contradições entre a legislação oficial indigenista e as práticas violentas no terreno refletem as disputas internas entre os diferentes agentes coloniais. Embora o Estado português tentasse consolidar um domínio mais uniforme sobre o território, a atuação de sertanistas, religiosos e colonos locais, frequentemente, seguia lógicas de poder próprias que escapavam ao controle direto da Coroa. Essa fragmentação do poder colonial foi crucial para o desenrolar das tensões nos sertões.

Por fim, ponto central da obra de Núbia Braga Ribeiro (2008) é que sua pesquisa demonstra os percursos subversivos das práticas de resistência indígena, ressaltando o papel desses povos como agentes históricos. Eles não apenas resistiram às dinâmicas coloniais, mas também influenciaram diretamente os rumos da ocupação territorial, moldando a organização dos sertões e desafiando a hegemonia colonial.

A ocupação territorial também é tema importante na tese de André Figueiredo Rodrigues, “Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos sequestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes” (RODRIGUES, 2008). O autor analisa como a repressão econômica pós-Conjuração Mineira reforçou as hierarquias locais e reconfigurou a economia regional. Ele revela que os sequestros de bens não eram apenas uma forma de punição política, mas também um mecanismo de controle que desestruturava elites regionais e redistribuía o poder econômico. Ao conectar a repressão fiscal com os interesses econômicos locais, Rodrigues (2008) destaca as contradições e tensões no sistema colonial, onde práticas legais e violentas coexistiam.

Posteriormente, Francisco Eduardo Pinto, em sua tese “Potentados e Conflitos nas Sesmarias da Comarca do Rio das Mortes” (PINTO, 2010), investiga como o sistema de



sesmarias foi utilizado para consolidar o domínio português na região e atender às necessidades econômicas da colônia. O autor explora o avanço colonial sobre as terras indígenas e as disputas por terras agrícolas, abordando a expansão das fronteiras agrícolas e os conflitos resultantes dessa expansão. Ele destaca como as disputas por terras, marcadas por fraudes e conflitos agrários, revelavam as tensões entre grandes proprietários (os potentados) e pequenos posseiros, além dos impactos diretos sobre populações indígenas e quilombolas.

Essa análise reforça a dimensão historiográfica de análise da expansão e formação do território colonial na América Portuguesa que discute as disputas legais e econômicas que moldaram as dinâmicas de poder na região. Nesse contexto, o sistema de sesmarias representava mais um mecanismo de controle colonial, que buscava legitimar a expropriação de terras e reforçar as desigualdades sociais. As tensões e contradições no sistema colonial, evidenciadas por André Figueiredo Rodrigues (2008) em relação à repressão econômica das elites, encontram paralelo nas análises de Francisco Eduardo Pinto (2010) sobre os conflitos agrários e a manipulação das normas fundiárias.

Fica evidente assim, como a Coroa portuguesa lançou mão de diferentes estratégias para consolidar seu domínio sobre territórios e populações. Todavia, fica igualmente evidente, quer sejam indígenas, pequenos posseiros ou elites regionais, todos os grupos populacionais resistiram e adaptaram-se a essas imposições do Estado português, moldando a história da ocupação dos sertões e das áreas mineradoras.

Nesse sentido, faz-se necessário mais uma vez trazermos ao debate Francisco Eduardo Andrade através de outro artigo de sua autoria, “Fronteira e Instituição de Capelas nas Minas, América Portuguesa” (ANDRADE, 2011), no qual, ele complementa e expande a discussão sobre as capelas como dispositivos multifuncionais no contexto colonial. Enquanto no artigo “A conversão do sertão” (ANDRADE, 2007), já mencionado neste texto e feitas considerações acerca do mesmo, o autor já destacava o papel das capelas na espacialização do poder e na organização social, no artigo “Fronteira e Instituição de Capelas nas Minas, América Portuguesa”, ele aprofunda o olhar sobre a relação entre capelas e fronteiras. As capelas são interpretadas não apenas como símbolos de controle territorial, mas também como instrumentos de mediação nas zonas de contato entre o Estado, a Igreja e as populações locais.

A fronteira, descrita por Francisco Eduardo Andrade (2011) como um espaço fluido e em constante disputa, ganha centralidade na análise, com as capelas sendo apresentadas como pontos de ancoragem do poder colonial. Conforme demonstra o autor, a construção de capelas nas regiões fronteiriças foi uma estratégia deliberada para consolidar a presença



portuguesa, marcando a territorialidade da Coroa e impondo normas sociais e religiosas às populações indígenas, quilombolas e outros grupos marginalizados. Dessa forma, o artigo reforça a ideia de que o domínio territorial era inseparável do uso de instituições religiosas como ferramentas políticas e econômicas.

No debate sobre a governamentalidade colonial, Francisco Andrade (2011) também destaca o papel das capelas na economia regional, organizando a arrecadação de dízimos e taxas, além de promoverem o trabalho comunitário. Importante anotar que essa dimensão econômica conecta diretamente a análise de Francisco Eduardo Andrade às discussões de Francisco Eduardo Pinto sobre o sistema de sesmarias e o uso de políticas agrárias para consolidar o domínio português. Enquanto esse explora como o sistema fundiário moldou as relações de poder e de exclusão social, aquele demonstra que as capelas eram parte integrante dessa estrutura, facilitando o controle econômico e social em territórios periféricos.

Outro ponto importante no artigo de Francisco Eduardo Andrade (2011) é a noção de capelas como espaços de mediação. Elas funcionavam como centros para resolução de conflitos e fortalecimento de alianças entre diferentes grupos sociais, o que as tornava essenciais para a estabilidade das fronteiras. Esse papel de mediação direciona o olhar para as análises de Núbia Braga Ribeiro (2008) sobre os sertões como espaços de experimentação colonial, onde a violência e a negociação coexistiam como práticas de domínio. Francisco Eduardo Andrade reforça essa visão ao mostrar que, embora as capelas fossem símbolos de autoridade, elas também refletiam as tensões e resistências das populações locais que, frequentemente, reinterpretavam ou desafiavam as imposições coloniais.

Ainda, o artigo de Francisco Eduardo Andrade (ANDRADE, 2011) ressalta que as capelas eram, ao mesmo tempo, marcos de territorialidade e arenas de disputa. Esse aspecto dialoga com as análises de André Figueiredo Rodrigues (2008) sobre as contradições do sistema colonial, onde práticas legais e violentas se entrelaçavam para reforçar a autoridade da Coroa. Assim como os sequestros de bens analisados por Rodrigues revelam a repressão econômica contra elites regionais, as capelas discutidas por Andrade mostram como o controle territorial e social nas fronteiras dependia de estratégias que iam além da força militar, englobando dimensões religiosas, econômicas e sociais.

HAL LANGFUR: HISTORIADOR E BRASILIANISTA

Ao contrário do título de sua obra *Adrift on an Inland Sea*, Hal Langfur não é um historiador que se perde em desinformações e incertezas. Muito pelo contrário, sua trajetória



acadêmica demonstra um profundo domínio dos territórios e temas que investiga, apontando interpretações históricas valiosas sobre as complexas dinâmicas do Brasil colonial e do mundo atlântico português.

Professor da *University at Buffalo*, com formação na *University of Texas* e *Harvard*, todas no Estados Unidos, Langfur é um brasilianista de destaque nas primeiras décadas do século XXI. Sua obra está centrada em temas que abrangem história indígena, colonialismo, imperialismo e formação racial no início do período moderno, com especial atenção aos encontros interculturais, narrativas de conquista, ciência e império, territorialização e governamentalidade colonial. Atualmente, Langfur desenvolve o projeto *Pedagogies of Racial Violence in Colonial Brazil*, explorando como a violência racial foi naturalizada por meio de uma pedagogia da coerção no contexto colonial.

Infelizmente, nenhum de seus livros, a despeito de grande relevância para a historiografia brasileira, foi ainda traduzido para o português. Seu livro mais recente, *Adrift on an Inland Sea* recebeu importantes prêmios, incluindo o Prêmio Roberto Reis da *Brazilian Studies Association* e o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda da *Latin American Studies Association*. Além deste livro, é autor de *The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830* (LANGFUR, 2006) e *Native Brazil: Beyond the Convert and the Cannibal, 1500-1900* (LANGFUR, 2014). Ambas as obras refletem sua preocupação em problematizar as interações entre indígenas e colonizadores, desafiando interpretações simplistas e monolíticas do processo colonial. Em *Adrift on an Inland Sea*, aprofunda essas questões ao examinar como a desinformação e as limitações estruturais moldaram a presença do império português nos sertões brasileiros.

Todavia, apesar de não ter livros traduzidos para o português e editados no Brasil, sua obra é de algum modo muito conhecida por nossa historiografia. Vários dos seus artigos estão traduzidos para o português, através dos quais se vê como o pesquisador contribui para a historiografia brasileira com análises inovadoras sobre os sertões e os encontros interculturais, reafirmando a importância de pensar o Brasil colonial como um espaço de tensões e resistências, onde as relações de poder estavam em constante renegociação.

ADRIFT ON AN INLAND SEA

Dividido em uma introdução, quatro partes principais e um epílogo, o livro apresenta um panorama detalhado sobre os desafios do império português nos sertões brasileiros, analisando como desinformação, resistência local e imaginários coloniais moldaram as dinâmicas de poder.

Na Introdução (*Navigating the Imperial Unknown*), Langfur traça os principais



argumentos da obra, como a centralidade da coleta de informações para os esforços coloniais e as limitações encontradas pelas autoridades imperiais diante da resistência local e da fragmentação do controle. A Parte I (*Making the Wilderness Wild: The Authority of Misinformation*), nos seus dois capítulos (“*Civilization, Barbarism, and the Tall Tale*” e “*Turning Frontier Fictions into Private Property*”) explora como os sertões foram imaginados e narrados como fronteiras selvagens, destacando o papel de desinformações na construção dessas percepções. Já a Parte II (*All That Glitters: Forest Informants and Regal Dreams*), em três capítulos (“*Forest Knowledge Networks*”, “*Natives, Smugglers, Soldiers, Spies*” e “*Sovereign Rule and Its Disenchantments*”) aborda a exploração de recursos e o papel ambíguo dos informantes indígenas e coloniais nas fronteiras florestais entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro.

A Parte III (*Science for the Sertão: New Modes of Inquiry, Old Uncertainties*), a qual subdivide-se em dois capítulos (“*The Enlightened Savant and the Black Prospector King*” e “*Diamonds, Love Songs, and the Alchemy of Exploration*”), investiga os projetos científicos como ferramentas de controle territorial, expondo suas falhas em transformar conhecimento em poder efetivo. Por fim, a Parte IV (*The Good Sense of Cannibals: Further Dispatches from the Atlantic Forest*), também em dois capítulos (“*Anthropophagy and the Body Politic*” e “*Ethnological Misadventures*”), analisa a violência contra os Botocudos e outras populações indígenas, bem como as narrativas de canibalismo que justificavam políticas de guerra e exclusão. O epílogo (*How to Tame an Empire*) amarra e expande os argumentos do livro ao destacar a continuidade dos desafios coloniais no Brasil imperial e contemporâneo, enfatizando a persistência de desigualdades e tensões regionais herdadas do período colonial.

Nesta resenha, a análise da obra de Hal Langfur será integrada a uma discussão mais ampla sobre os sertões e a historiografia brasileira. Ao longo do texto, questões como governamentalidade, narrativas de exploração, ciência e desinformação, resistência local e os limites do poder imperial serão revisitadas sob a perspectiva do livro, evidenciando sua relevância para os debates historiográficos contemporâneos. Em vez de seguir uma análise linear dos capítulos, a resenha adotará uma abordagem temática, conectando as reflexões de Langfur a debates centrais da historiografia, especialmente em diálogo com autores como Francisco Eduardo Andrade, Núbia Braga Ribeiro, André Figueiredo Rodrigues, Francisco Eduardo Pinto, Maria Emília Assis (ASSIS, 2014), Isaac Cassemiro Ribeiro (RIBEIRO, 2014) e Daniela Santos Alves (ALVES, 2017). Assim, busca-se não apenas apresentar a obra, mas também demonstrar como suas contribuições ampliam nosso entendimento sobre o Brasil colonial e suas implicações no presente.



SERTÕES E GOVERNAMENTALIDADE

No centro das análises de Hal Langfur em *Adrift on an Inland Sea* está a percepção do sertão como uma fronteira interna complexa, onde a governamentalidade portuguesa encontrava suas limitações mais evidentes. O autor expõe como a Coroa Portuguesa dependia de uma série de estratégias narrativas e dispositivos de poder para consolidar o controle sobre os sertões, frequentemente valendo-se de intermediários locais como Inácio Corrêa Pamplona. Esse personagem, longe de ser um simples agente da Coroa, exemplifica as contradições e ambiguidades do projeto colonial, atuando como mediador entre o poder central e as dinâmicas locais.

Langfur destaca Pamplona como um artífice da construção narrativa, utilizando relatos que combinavam feitos reais com exageros e invenções para se apresentar como indispensável ao domínio colonial. Seus relatos não apenas garantiam privilégios, como concessões de terras e reconhecimento imperial, mas também moldavam o imaginário colonial sobre os sertões. Essa prática é refletida no artigo “Fronteira e Instituição de Capelas”, de Francisco Eduardo Andrade, que analisa como líderes locais negociavam sua relevância ao estabelecer marcos simbólicos, como capelas, para reforçar o domínio colonial. Andrade observa que, ao articular suas narrativas, figuras como Pamplona asseguravam sua posição de destaque no projeto imperial, mesmo enquanto avançavam seus próprios interesses.

Na Parte II do livro (*All That Glitters: Forest Informants and Regal Dreams*), Langfur explora como a disseminação de desinformação nos sertões moldava tanto as políticas coloniais quanto a percepção do poder pela população local. Informantes indígenas, muitas vezes centrais para as decisões imperiais, atuavam simultaneamente como fontes de conhecimento e de incertezas, minando o controle efetivo do território. Essa dependência de intermediários ressoa com as análises de Núbia Braga Ribeiro (2008) e Francisco Eduardo Pinto (2010), que destacam como o controle territorial dependia de uma complexa interação entre forças locais e políticas centralizadoras.

Pamplona personifica essa dinâmica, utilizando sua posição para manipular informações e consolidar sua autoridade. Daniela Santos Alves, em sua dissertação, “Do Alto do Espia: Gentios, Calhambolas e Vadios no Sertão do Campo Grande - Século XVIII” (ALVES, 2017), reforça a ideia de que práticas religiosas, como a construção de capelas, também desempenhavam um papel crucial nesse processo, moldando narrativas e legitimando o controle colonial nas fronteiras. Langfur amplia essa perspectiva ao mostrar como essas narrativas eram complementadas por discursos científicos e etnográficos que buscavam justificar a exploração do sertão.



A fragilidade do domínio colonial no sertão é um tema recorrente em Langfur e nos autores analisados. Enquanto Pamplona se destacava como um mediador entre a Coroa e as populações locais, sua trajetória revela as tensões inerentes às políticas coloniais. Francisco Eduardo Andrade observa que as capelas funcionavam não apenas como marcos de territorialidade, mas também como espaços de negociação e contestação. Da mesma forma, Maria Emília Assis, autora da dissertação “Inácio Correia Pamplona e os Sertões de Minas no Século XVIII” enfatiza que os interesses locais frequentemente conflitavam com as metas imperiais, evidenciando as ambiguidades do poder colonial (ASSIS, 2014).

Langfur vai além, ao destacar como a desinformação e a dependência de intermediários locais expunham as limitações estruturais do projeto colonial. Mesmo em um contexto de aparente controle, as populações indígenas e afrodescendentes resistiam e se adaptavam às imposições coloniais, utilizando as contradições do sistema a seu favor.

Pode-se ver através desta análise que tem Inácio Pamplona como eixo condutor, que ele é um personagem que simboliza o sertão como um espaço de constante renegociação de poder. Hal Langfur, Francisco Eduardo Andrade, Daniela Alves e Maria Emília Assis convergem na análise de que a governamentalidade colonial era sustentada por dispositivos simbólicos e narrativos, mas permanecia vulnerável à resistência local e às contradições internas. Assim, a governança dos sertões, mais do que um projeto centralizado, era um processo multifacetado, em que normas e contestações coexistiam, moldando as fronteiras internas do império português.

O IMAGINÁRIO DO OURO E AS NARRATIVAS DE EXPLORAÇÃO

A busca pelo ouro foi um dos pilares do projeto colonial português em Minas Gerais, mas também uma fonte constante de tensão e desinformação. Em *Adrift on an Inland Sea*, Hal Langfur apresenta o sertão como um espaço de ambiguidades, onde os mitos de riquezas ocultas coexistiam com a resistência das populações locais e os limites do controle imperial. Nas análises históricas desse contexto, Inácio Corrêa Pamplona emerge como uma figura central, representando as contradições do projeto colonial. Conforme demonstrado por vários historiadores e historiadoras em análise nesta resenha, ao construir sua reputação como explorador e líder militar, Pamplona utilizou o imaginário do ouro para consolidar sua posição de destaque, enquanto as dinâmicas locais desafiavam a soberania portuguesa.

Em seus atos de violência colonial, Pamplona combinava cartografia, captura de quilombolas e exploração de recursos naturais, como o ouro. Essa sua imagem é ponderada pela análise de Isaac Cassemiro Ribeiro, que explora como Pamplona liderou expedições



voltadas para a repressão de quilombolas e a territorialização dos sertões em sua dissertação de mestrado “Família e povoamento na comarca do Rio das Mortes: os “Ribeiro da Silva”, fronteira, fortunas e fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)” (RIBEIRO, 2014). Núbia Braga Ribeiro acrescenta que Pamplona utilizava as concessões de sesmarias não apenas para promover os interesses da Coroa, mas também para fortalecer sua influência local e consolidar fortunas familiares.

Essas narrativas, embora úteis para a expansão territorial, expunham as limitações do projeto colonial. Langfur argumenta que o imaginário do ouro sustentava a exploração do sertão, mas frequentemente gerava expectativas que a realidade local não podia atender. As promessas de riquezas ocultas, associadas à violência sistemática contra indígenas e quilombolas, criavam zonas de conflito que desafiavam a autoridade imperial.

Por isso, a resistência indígena e quilombola é um tema central nos trabalhos de Hal Langfur, Núbia Braga Ribeiro (2008) e Isaac Cassemiro Ribeiro (2014). Enquanto Langfur destaca a agência indígena na manipulação de informações e na resistência às políticas coloniais, Isaac Ribeiro explora como as redes familiares moldavam o controle territorial, frequentemente em oposição aos interesses da Coroa. Núbia Braga Ribeiro (2008), por sua vez, analisa a violência sistemática contra as populações locais, destacando Pamplona como um agente central nesse processo.

Essas dinâmicas ecoam as análises de André Figueiredo Rodrigues (2008) sobre as tensões econômicas no Brasil colonial. Rodrigues mostra como os interesses locais frequentemente entravam em conflito com as metas imperiais, exacerbando as desigualdades e contribuindo para a instabilidade nas regiões mineradoras. Pamplona, nesse contexto, aparece como um intermediário ambíguo, cuja lealdade à Coroa era mediada por seus próprios interesses econômicos e políticos.

A obra de Hal Langfur apresenta os sertões como fronteiras econômicas marcadas pela fluidez e pela negociação. Enquanto a Coroa dependia de intermediários para traduzir e implementar suas políticas, as populações locais resistiam e adaptavam essas imposições às suas necessidades. Maria Emília Assis (2014) e Núbia Braga Ribeiro (2008) destacam que os sertões eram moldados tanto pela exploração colonial quanto pela ação das populações subalternas, que frequentemente frustravam os esforços de integração territorial.

Inácio Corrêa Pamplona, agente sertanista analisado em todos os trabalhos aqui abordados, exemplifica essa dualidade ao atuar simultaneamente como explorador e mediador. Enquanto contribuía para os objetivos imperiais, ele também utilizava suas conexões e narrativas para avançar interesses próprios, consolidando sua posição como figura central na política dos sertões.



CIÊNCIA, DESINFORMAÇÃO E OS LIMITES DO CONHECIMENTO IMPERIAL

A ciência colonial foi concebida como uma ferramenta para consolidar o controle sobre os sertões brasileiros. Em *Adrift on an Inland Sea*, Hal Langfur mostra como os projetos científicos visavam mapear, descrever e, eventualmente, integrar os sertões à esfera do império português. No entanto, essas iniciativas frequentemente enfrentavam limitações que expunham a fragilidade do domínio imperial. Dependência de intermediários, manipulação de informações e resistências locais marcaram os esforços de produção de conhecimento sobre o sertão, revelando as contradições do projeto colonial.

Langfur argumenta que a ciência colonial não era neutra, mas servia para reforçar as hierarquias de poder e justificar a exploração. Projetos científicos, como expedições cartográficas e levantamentos etnográficos, buscavam transformar o sertão em um território conhecido e, portanto, governável. No entanto, a dependência de intermediários – como indígenas, sertanistas e exploradores – frequentemente resultava em desinformação e distorções.

A figura de Inácio Correia Pamplona ilustra bem essa dinâmica. Pamplona, como destaca Langfur, utilizava sua posição como sertanista para manipular narrativas e exagerar seus feitos, assegurando privilégios pessoais e fortalecendo sua influência política. Francisco Eduardo Pinto (2010) e Maria Emília Assis (2014) corroboram essa visão, retratando Pamplona como um agente ambivalente, que navegava entre os interesses da Coroa e os seus próprios, enquanto moldava o uso de informações para benefício pessoal.

Langfur destaca que a dependência de informantes locais para a produção de conhecimento científico, frequentemente, minava os objetivos da Coroa. Enquanto os sertanistas, como Pamplona, forneciam informações cruciais para a realização de projetos coloniais, suas motivações pessoais e alianças locais criavam uma dinâmica de tensão. A este respeito, quando Isaac Ribeiro (2014) explora como as redes familiares e alianças políticas moldavam as práticas de poder nos sertões, demonstra que a manipulação de informações era parte estruturante dessas relações. Desse modo, o que se percebe a partir desse olhar atento sobre a obra de Hal Langfur é que o conhecimento e a ciência colonial, em vez de consolidar o domínio sobre os sertões, frequentemente, revelava as brechas no sistema de governança.

Sobre isso, Langfur apresenta a ciência colonial como uma ferramenta que simultaneamente reforçou e expôs os limites do domínio imperial. Embora os projetos científicos buscassem integrar os sertões eles, frequentemente, revelavam as fragilidades do sistema dependente de intermediários ambivalentes e resistências locais.

Partindo-se disso, a e.g., Núbia Braga Ribeiro (2008) destaca a resistência indígena



como uma força ativa que frustrava as políticas coloniais, enquanto Langfur adiciona a dimensão científica a essa análise, mostrando como as limitações do conhecimento imperial eram moldadas por essas forças subalternas; o que sustenta outro aspecto central da obra de Hal Langfur, que é apresentar os percursos de resistência das populações locais às tentativas de integração territorial por meio da ciência. Indígenas e quilombolas, amiúde, subvertiam os projetos científicos, seja ao manipular informações para seus próprios fins, seja ao resistir diretamente à implementação desses projetos.

RESISTÊNCIA E ADAPTAÇÃO

Os sertões brasileiros do período colonial emergem como espaços de resistência ativa e adaptação criativa às dinâmicas de dominação. Em *Adrift on an Inland Sea*, Hal Langfur desafia a visão tradicional do sertão como uma área marginal ou subordinada, destacando-o como um palco central de contestação, no qual as populações indígenas e locais moldavam ativamente as relações de poder. Langfur argumenta que, longe de serem apenas vítimas das imposições coloniais, essas populações negociavam, resistiam e reconfiguravam o controle imperial, criando espaços de agência subalterna.

A resistência indígena, amiúde manifestada por meio de ataques a povoados, recusa à evangelização e mobilidade estratégica, desafiava diretamente os projetos coloniais de territorialização. Núbia Braga Ribeiro (2008) complementa essa análise ao mostrar que as comunidades indígenas não apenas resistiam, mas também adaptavam suas práticas para frustrar as tentativas de controle da Coroa. A violência contra os Botocudos, destacada por Langfur e Ribeiro, revela como os indígenas resistiam à desumanização e à expropriação por meio de alianças, fuga e guerras.

Langfur destaca que, além da resistência aberta, as populações locais com frequência se utilizavam de estratégias de negociação e de adaptação para sobreviver e prosperar no ambiente colonial. Essa visão se alinha com as análises de Francisco Eduardo Pinto (2010) sobre os pequenos posseiros que, ao mesmo tempo em que negociavam sua permanência em terras disputadas, também desafiavam as estruturas agrárias coloniais.

Inácio Correia Pamplona é uma figura central nesse contexto. Langfur apresenta Pamplona como um mediador ambivalente, que tanto reprimia quanto negociava com as populações locais. Maria Emília Assis (2014) e Francisco Eduardo Pinto (2010) destacam que sua atuação como sertanista e líder militar era marcada pela dependência de alianças locais e pela necessidade de adaptação às resistências que enfrentava.

Por fim, Langfur e os autores analisados convergem na ideia de que o sertão não era apenas um espaço de imposição colonial, mas um território onde as populações locais



moldavam ativamente os rumos da história; ainda que, por meio da resistência armada, da negociação ou da adaptação cultural, indígenas, quilombolas e pequenos posseiros reconfiguraram as dinâmicas de poder, transformando o sertão em um espaço de contestação contínua.

O SERTÃO E OS LIMITES DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Todos esses temas, de forma muito madura e como um artifício metodológico exemplar, Hal Langfur nos brinda com o epílogo do seu livro, no qual, oferece uma síntese abrangente das complexas dinâmicas que moldaram os sertões durante o período colonial e suas repercussões no Brasil pós-independência. Ao conectar as análises de resistência local, desinformação e narrativas coloniais às limitações estruturais do império português, Langfur evidencia como os sertões eram simultaneamente um desafio à soberania imperial e um espaço de contestação subalterna. Ao posicionar os sertões como espaço de contestação e limite da governança imperial, Langfur contribui de maneira significativa para a historiografia brasileira. Em sua obra, o sertão emerge não apenas como uma fronteira a ser conquistada, mas como um espaço ativo de resistência, negociação e transformação que nos convida a repensar as instituições de governo e o território brasileiro.

Langfur ressalta que os sertões representavam mais do que uma fronteira geográfica; eram fronteiras culturais, sociais e políticas, onde as ambições da Coroa esbarravam nas resistências locais e nas fragilidades das instituições coloniais. A dependência de informantes e intermediários como Inácio Correia Pamplona, já discutida nas partes anteriores do livro, é retomada no epílogo como um dos fatores que expuseram a incapacidade do Estado português de consolidar uma governança efetiva.

Um dos aspectos mais marcantes do epílogo é a ênfase nos mitos coloniais, como o Eldorado, que sustentaram o interesse imperial pelos sertões. Langfur argumenta que essas narrativas, embora incentivassem expedições e investimentos, com recorrência, levaram a fracassos logísticos e econômicos. Esses mitos perpetuaram a ilusão de riquezas ilimitadas, mascarando as dificuldades práticas da exploração e governança.

Langfur amplia sua análise ao conectar os desafios coloniais às dificuldades enfrentadas no Brasil pós-independência. A integração territorial incompleta, as desigualdades regionais e a exploração contínua dos recursos naturais são apresentadas como heranças diretas das dinâmicas coloniais. Essa perspectiva reforça a visão de que o sertão, mais do que uma fronteira histórica, é um espaço em constante renegociação de significados e práticas de poder. Em seu livro, não se furta a celebrar o papel das populações locais como agentes históricos. Langfur mostra como indígenas, quilombolas e



sertanejos resistiram e adaptaram-se às imposições coloniais, moldando ativamente as fronteiras internas do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Daniella Santos. **Do Alto do Espia: Gentios, Calhambolas e Vadios no Sertão do Campo Grande - Século XVIII**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 151-166, jan./jun. 2007.
- ANDRADE, Francisco Eduardo. Fronteira e instituição de capelas nas Minas, América Portuguesa. **America Latina en la Historia**, n. 35, p. 273-296, jan./jun. 2011.
- ASSIS, Maria Emília de Almeida. **Inácio Correia Pamplona e os Sertões de Minas no Século XVIII**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- LANGFUR, Hal (Ed.). **Native Brazil: Beyond the Convert and the Cannibal, 1500-1900**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2014.
- LANGFUR, Hal. Canibalismo e a legitimidade da guerra justa na época da Independência. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 75, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-05>.
- LANGFUR, Hal. Fronteira: convergência e divergência transnacional no estudo do colonialismo interno. In: ALVEAL, C.; DIAS, T. (Orgs.). **Espaços coloniais: domínios, poderes e representações**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 15-34.
- LANGFUR, Hal. Informantes nativos e os limites do domínio português no Brasil colonial tardio. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v. 25, n. 44, p. 21-51, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/frh.v24i44.17248>.
- LANGFUR, Hal. Mapeando a conquista: informantes nativos e os limites do império. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 47, n. 1, p. 30-47, jun. 2011.
- LANGFUR, Hal. **The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830**. Stanford: Stanford University Press, 2006
- LANGFUR, Harold; RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas expansionista, Minas mestiça: a resistência dos índios em Minas Gerais do século do ouro. **Anais de História de Além-Mar**, v. 9, p. 79-103, 2008.
- LANGFUR, Harold; RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. **Tempo**, v. 23, p. 1-20, 2007.
- LANGFUR, Harold; RESENDE, Maria Leônia Chaves de. O ouro vermelho de Minas Gerais. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, p. 58-61, jul. 2006.
- PINTO, Francisco Eduardo. **Potentados e Conflitos nas Sesmarias da Comarca do Rio das Mortes**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.



RIBEIRO, Isaac Cassemiro. **Família e povoamento na comarca do Rio das Mortes: os “Ribeiro da Silva”, fronteira, fortunas e fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014.

RIBEIRO, Núbia Braga. **Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, André Figueiredo. **Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos sequestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Jardim das Hespérides: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.